

AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 06 a 08/12

A Presidência divulgou as possíveis proposições a serem discutidas nesta semana, podendo ser deliberada na terça-feira a PEC 2/2017, que proíbe a extinção dos tribunais de contas. Essa proposta de emenda à Constituição foi aprovada em primeiro turno pelos senadores em maio de 2017 e agora precisa ser confirmada em votação em segundo turno para ser enviada para análise da Câmara dos Deputados.

Já entre os itens previstos para quarta-feira, consta a PEC da Transição (PEC 32/2022). A Proposta altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para permitir a implementação do Programa Bolsa Família e definir regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências. (Tramita em conjunto com as PECs nºs 31, 33 e 34/2022).

Entre as demais matérias pautadas, destacam-se:

- PL 2757/2022, que altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para determinar a extinção das cláusulas resolutivas constantes de títulos de domínio expedidos anteriormente a 10 de outubro de 1997.
- PL 798/2021, que concede novo prazo para adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) e dispõe sobre a interpretação do § 12 do art. 4º da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 06 a 08/12

Na primeira semana de dezembro, a Câmara dos Deputados pode votar três projetos de lei, como o que autoriza o Poder Executivo a implantar o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (Snave). O PL 1372/2022 prevê que o sistema funcionará de forma articulada entre os governos federal, estaduais e municipais e deverá dar prioridade à prestação de assessoramento às escolas consideradas violentas, nos termos de regulamento, e à prestação de apoio psicossocial a membros da comunidade escolar vítimas de violência nas escolas ou em seu entorno, entre outros pontos.

Também estão pautados os PL 2847/2022, que muda a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio (Lei 13.819/19) e o PL 2703/22, que prorroga por mais 12 meses o prazo final para a instalação de microgeradores e minigeradores de energia fotovoltaica com isenção de taxas pelo uso da rede de distribuição para jogar a energia elétrica na rede. Essa isenção vai até 2045.

Vale ressaltar ainda que há vários requerimentos de urgência na pauta para que as matérias possam ser incluídas nas deliberativas. Outras matérias poderão ser pautadas mediante acordo de líderes.

Comissão externa sobre o rompimento da barragem de Fundão – 06/12 - 9h - Plenário

11

Avaliação e debate sobre o processo de repactuação do acordo de Mariana, decorrente do rompimento da barragem de Fundão. Entre os convidados consta Carlos Bruno Ferreira da Silva, Procurador da República do Ministério Público Federal em MG.

**Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) – 06/12, às 13h, 07 e 08/12, às 9h –
Plenário 01**

ITEM 31- PL 1269/2022, que acrescenta o Art. 16-A na Lei Federal nº 8.429 de 02 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências, especificamente nos efeitos jurídicos das declarações de indisponibilidade de bens.

O relator, deputado Lafayette de Andrada (REPUBLIC-MG), apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação

Grupo do Trabalho sobre o Código de Mineração – 07/12 – 14h - Plenário 06

Reunião para discussão e deliberação do Relatório do Relator, Deputado Joaquim Passarinho (PL/PA).

Para acessar, [clique aqui](#).